

Os Dez Anos do Jornal de Políticas Educacionais

The ten years of Jornal de Políticas Educacionais

Los diez años de el Jornal de Políticas Educativas

Ângelo Ricardo de Souza¹
Ana Lorena Bruel²
Marcos Alexandre Ferraz³

Resumo

Este artigo foi elaborado com o intuito de promover um balanço dos dez anos de publicação do Jornal de Políticas Educacionais. Para tanto, os editores do periódico produziram um levantamento dos artigos publicados nos vinte números publicados em dez volumes. Analisou-se, neste panorama, o perfil dos autores, discutindo-se sua origem geográfica e institucional e, mais detidamente, olhou-se também para os temas dos trabalhos publicados. As conclusões mostram uma prevalência ainda elevada de trabalhos da mesma região e estado da revista, e uma relativa dependência temática do Núcleo de Políticas Educacionais da UFPR, mesmo apresentando uma relação ampla de temas de pesquisa.

Palavras-chave: Periódicos; Políticas Educacionais; Estado do Conhecimento.

Abstract

This article was prepared with the intention of promoting a balance of ten years of Journal of Educational Policies publication. To do so, the journal's editors produced a general view of the articles published in the twenty issues/ten volumes. The profile of the authors was analyzed in this panorama, discussing their geographical and institutional origin and, more closely, the work still also looked at the themes of the published papers. The conclusions show a still high prevalence of works from the same region and state of the journal, and a relative thematic dependence of the UFPR Educational Policy Center, even presenting a varied relation of research themes.

Keywords: Journals; Education policies; State of Art.

Resumen

Este artículo fue preparado con el fin de promover un levantamiento de diez años de la publicación de la Revista de Política Educativa. Por lo tanto, los editores de la revista produjeron una encuesta de artículos publicados en los veinte números publicados en diez volúmenes. Hemos examinado, en este panorama, el perfil de los autores, discutiendo su origen geográfico e institucional y, más profundamente, también los temas de las artículos publicados. Los resultados muestran una alta prevalencia todavía de estudios de la misma región y estado de la revista, y una dependencia temática relativa al el Centro de Políticas Educativas de la UFPR, aunque con una amplia lista de temas de investigación.

Palabras-clave: Revistas académicas; Política educativa; Estado del conocimiento.

1 Doutor em Educação. Professor e Pesquisador do Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná. E-mail: angelo@ufpr.br. Editor do Jornal de Políticas Educacionais.

2 Doutora em Educação. Professora e Pesquisadora do Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná. E-mail: analorena.brue@gmail.com. Editora do Jornal de Políticas Educacionais.

3 Doutor em Sociologia. Professor e Pesquisador do Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná. E-mail: ferrazmarcos@uol.com.br. Editor do Jornal de Políticas Educacionais.

Introdução

Neste ano de 2016, o Jornal de Políticas Educacionais – JPE completa dez anos de circulação, publicando artigos, resenhas e resumos de teses e dissertações no campo de investigação que lhe é próprio.

O periódico constitui-se como um importante passo na trajetória do Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, UFPR. Em atividade desde 2002, articulando preocupações entre o aprofundamento das discussões da área de políticas educacionais e o acompanhamento da conjuntura regional e nacional dessas políticas, entendemos que uma das formas de ampliarmos o debate seria a criação de um periódico dedicado ao tema sob responsabilidade direta do Núcleo. A este esforço juntou-se a linha de pesquisa em Políticas Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, a qual, juntamente com o NuPE, assumiu a responsabilidade de dar realidade a este projeto editorial.

Certamente existem vários e importantes periódicos que tem espaço para as nossas questões de pesquisa, entretanto, normalmente, os prazos e procedimentos dos periódicos da área da educação, somados às estratégias que muitos deles adotam para sobreviver, como a constituição de dossiês temáticos, dificultam a socialização mais imediata dos conhecimentos produzidos pela pesquisa em políticas educacionais.

E este campo, em especial, necessita de maior agilidade na divulgação dos resultados das pesquisas, uma vez que majoritariamente estudamos a conjuntura (mesmo que a compreendamos como o produto de um processo histórico) e esta conjuntura muda com razoável velocidade, assim, muitas vezes, quando vamos ler um artigo que relata uma investigação em políticas educacionais, ocorre dele já estar extemporâneo.

O Jornal de Políticas Educacionais teve esta preocupação como ponto de partida. Mesmo não subestimando as dificuldades de se organizar um periódico científico, de mantê-lo vivo e, principalmente, atual e atualizado, tínhamos a expectativa de que com o auxílio dos pesquisadores do campo, enviando suas contribuições e utilizando o periódico como fonte de consulta, e com uma proposta editorial singela, de investimento moderado, poderíamos alcançar os objetivos de contribuir com a construção e socialização do conhecimento no campo das políticas educacionais.

O esforço deste artigo é de sumarizar a produção desses dez anos, em uma espécie de balanço, com o intuito de analisar de maneira panorâmica e mostrar ao leitor/pesquisador do campo as principais tendências das pesquisas aqui publicadas, os eventuais vácuos, bem como destacar os principais problemas que ainda enfrentamos e possíveis alternativas em face deles, e, ainda, perspectivas para o futuro do JPE.

O que produzimos nestes dez anos?

Ao longo deste período, publicamos 116 artigos (entre 2007 e 2016). Mas, para alcançar este universo, promovemos e fomos aprimorando um sistema de avaliação, que rejeitou 95 outros artigos, o que gerou uma taxa de aprovação de 51%.

Avaliamos que é uma taxa relativamente estreita. Isto é, em periódicos multitemáticos, eventualmente, encontra-se taxas de aprovação mais elevadas, mas compreendemos que esse valor mais restrito tem conexão com duas razões.

O principal problema para não aprovação de artigos foi o critério científico, isto é, a insuficiência de densidade científica na área de políticas educacionais, de acordo com a avaliação dos pareceristas.

Mas, de maneira não muito menor, um segundo problema recorrente que levou à rejeição de artigos, foi a avaliação de que se tratava de trabalhos fora do escopo da revista, ou dito de outra forma, eram textos cujo tema não se inseriam no campo de pesquisa em políticas educacionais. Isto é algo que gera alguma tensão, pois implica na discussão (e definição) sobre o estatuto do campo de pesquisa em políticas educacionais.

Ou seja, ao que parece, no Brasil, quem define o que se estuda em políticas educacionais são os próprios pesquisadores que, a despeito do que se possa pretender como temas e objetos próprios, disputam a presença de suas temáticas também neste campo. Assim, (...), a realidade de existência e funcionamento do campo de investigação é mais dinâmica e controversa (SOUZA, 2014, p. 362).

Portanto, é razoável supor que parte dos artigos não aprovados por frágil conexão com o escopo da revista, no que tange à definição do campo, represente alguma intenção de se trazer para o campo novos objetos. Ocorre que os avaliadores nem sempre compreendem que se tratam mesmo de objetos do campo ou os autores de tais artigos não conseguiram mostrar suficientemente quão parte suas pesquisas ocupam no campo de investigação em políticas educacionais.

De onde são os autores que publicam no JPE?

O JPE deu publicidade a artigos de 138 (cento e trinta e oito) autores e autoras, sendo que 89,1% deles são pesquisadores de instituições nacionais e 10,9% são de outros países.

Como um periódico que nasceu de uma necessidade endógena do NuPE, mas com pretensões de se tornar relevante para toda comunidade de pesquisadores em políticas educacionais, o JPE se preocupou, desde sua gênese, em contemplar a produção nacional e internacional. Isto se revela na tabela 1 que demonstra que quase 60% dos artigos se originaram fora da região sul do país, com destaque para a região sudeste (25,4%), centro-oeste (13,8%) e artigos vindos do exterior (10,9%).

Tabela 1. Regiões dos autores – JPE, 2007/2016

Região	N	%
S	58	42,0
SE	35	25,4
CO	19	13,8
NE	6	4,3
N	5	3,6
Exterior	15	10,9
Total	138	100

Fonte: Os autores

Obs.: O número de autores é maior do que o número de artigos publicados porque há, em diversos artigos, mais de um autor. Em alguns casos, temos artigos com autores de diferentes estados e regiões.

Atentos às regras Qualis da CAPES, os editores do JPE sempre adotaram critérios editoriais que mantivessem um equilíbrio entre artigos regionais, nacionais e internacionais. No entanto, esta preocupação não foi suficiente para conferir uma dimensão efetivamente nacional ao periódico. A presença das regiões sudeste e centro-oeste é suficiente para não fazer do JPE um periódico regional, mas não lhe possibilita relevância em todo o território nacional, visto a baixa penetração junto aos pesquisadores das regiões norte (3,6%) e nordeste (4,3%). Especificamente, no caso da região norte, faz-se necessário registrar que os cinco artigos de autores da região são todos da mesma instituição, a Universidade Federal do Pará. Pode estar a funcionar mais a rede construída pelos pesquisadores do NuPE, que a autonomia do JPE, como veículo de divulgação científica. Este não é um problema, em si, visto a pouca idade do mesmo, mas um desafio a ser superado no futuro.

De toda forma, trata-se de um periódico da região sul brasileira, e isto pode explicar a participação significativamente maior desta região, que responde por 42% dos autores que conosco publicam.

A forte presença da região sul está diretamente conectada, também por certo, com o elevado número proporcional de artigos e autores da própria UFPR. Das 148 (cento e quarenta e oito) citações sobre instituições, 26 (17,6%) são da universidade que publica este periódico. Este é um ponto que precisa ser mais bem analisado futuramente, buscando-se evitar a endogenia na revista.

Tabela 2. Instituições mais frequentes – JPE, 2007/2016

Instituição	Total	%
UFPR	26	17,6
USP	14	9,5
UFPA	5	3,4
UFRGS	5	3,4
UEPG	5	3,4
UNIFESP	4	2,7
UNICAMP	4	2,7
Secretaria Educação Curitiba	4	2,7
UTalca (Chile)	4	2,7
UFG	3	2,0
UnB	3	2,0
UFGD	3	2,0
UFMS	3	2,0

Fonte: Os autores

Obs.: O número de instituições é maior do que o número de artigos publicados e de autores porque há, em diversos artigos, mais de um autor, e há autores que citaram pertencer a mais de uma instituição de vínculo.

Ainda acerca da endogenia, é preciso que o periódico se atente para a forte presença do estado do Paraná no total de autores, pois quase 30% deles advêm do mesmo estado em que o JPE é publicado.

Sobre as demais instituições, afora a mencionada UFPR, destaca-se a presença significativa da USP, como a segunda instituição mais representativa no JPE, com 14 citações (9,5%), mesmo sendo de outro estado. É provável que tal condição tenha conexão com a importância nacional (e internacional) desta universidade e, em especial, no campo de pesquisa em políticas educacionais.

E, restringindo o grupo de instituições àquelas sobre as quais há pelo menos três citações, que juntas respondem por 56% da produção, temos uma universidade estrangeira (Universidad de Talca, Chile) e uma Secretaria de Educação (Curitiba). Desta vêm autores que estão muito alinhados com o NuPE e com o PPGE/UFPR, sendo predominantemente egressos do mestrado ou doutorado da casa. Já aquela é uma universidade com a qual o NuPE tem, há mais de 5 anos, um projeto de cooperação internacional, com mobilidade docente e discente na pós-graduação, portanto, os pesquisadores chilenos desta universidade tendem a nos procurar para utilizar o JPE como um canal de divulgação dos seus achados de pesquisa, o que, seguramente, também interessa ao Jornal, tendo em vista a importância da publicação em periódico nacional de trabalhos de autores estrangeiros.

Este quadro da cooperação com a UTalca, coloca o Chile como o país estrangeiro de onde temos a maioria dos autores (7 – 5,1%). Mas, o JPE, para compor aqueles mencionados 10,9% de autores estrangeiros, ainda tem trabalhos que procedem da Argentina, da Inglaterra, do México, da França e dos EUA.

Retomando a leitura dos dados dos artigos nacionais, no que tange aos outros estados de origem dos autores, São Paulo e Rio Grande do Sul são os que seguem o Paraná, sendo que aquele é lugar de onde advêm quase 20% dos autores, cabendo ao outro estado da região sul, 8% dos autores publicados.

O Distrito Federal aparece na sequência, com nove artigos (6,5%), mas há seis destes trabalhos que não são de universidades, são de órgãos de Estado. Ou seja, do total de autores do DF que publicaram artigos no JPE, um terço é da Universidade de Brasília, e os outros dois terços são de autores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Controladoria Geral da União. É possível que esta característica não ocorra somente no JPE, senão que possa ser algo próprio do campo das políticas. Mas, isto demandaria um levantamento em outros periódicos, o que fugiria ao foco deste trabalho.

De qualquer sorte, a soma das três instituições federais mencionadas coloca o Estado Federal como a terceira mais importante instituição publicando no JPE, ficando atrás somente da UFPR e da USP.

Mas, afora o Distrito Federal, o Centro-Oeste tem boa participação na autoria de artigos no JPE, por meio de pesquisadores de Goiás (4 autores – 2,9%) e, especialmente, do Mato Grosso do Sul (6 autores – 4,3%).

Tabela 3. Estados/Países dos autores – JPE, 2007/2016

UF	N	%
PR	41	29,7
SP	27	19,6
RS	11	8,0
DF	9	6,5
Chile	7	5,1
SC	6	4,3
MS	6	4,3
RJ	5	3,6
PA	5	3,6
GO	4	2,9
MG	3	2,2
Argentina	3	2,2
Inglaterra	2	1,4
BA	1	0,7
PB	1	0,7
RN	1	0,7
PI	1	0,7
CE	1	0,7
MA	1	0,7
México	1	0,7
França	1	0,7
EUA	1	0,7
Total	138	100%

Fonte: Os autores

Obs.: O número de autores é maior do que o número de artigos publicados porque há, em diversos artigos, mais de um autor. Em alguns casos, temos artigos com autores de diferentes estados e regiões.

Chama a atenção a região NE, com pequena quantidade de artigos e autores, considerando a quantidade de pesquisadores e linhas de pesquisa em políticas educacionais (STREMEL, 2015). Desta região, não há nenhum estado com mais de uma citação. A Bahia, a Paraíba, o Piauí, o Ceará e o Maranhão são os únicos estados com algum trabalho publicado no JPE.

Contudo, a análise acerca da origem dos artigos publicados em relação às regiões do país precisa ater-se também à distribuição dos programas e grupos de pesquisa que atuam na área de políticas educacionais pelo território. A concentração de publicações cujos autores vinculam-se prioritariamente às três regiões acima indicadas pode ser, em parte, consequência da própria concentração da pesquisa em instituições localizadas nessas regiões.

Os temas abordados

Avaliar a tendência das pesquisas em políticas educacionais através das palavras chave – quiçá de outras áreas também – constitui-se em um desafio quase impossível. Mas, na impossibilidade de produzir, para um levantamento desta natureza, uma avaliação mais aprofundada sobre cada um dos 116 artigos, o panorama a partir das palavras-chave pode servir de indicação de tendências e ausências, o que contribui tanto para a reflexão sobre o periódico, quanto do próprio campo de pesquisa.

Encontramos 458 palavras-chave, distribuídas nos 116 artigos, claro que muitas em condição de repetição. Tal situação pode indicar a ausência de um uso padronizado do que são palavras-chave. Para tanto, avaliamos que os pesquisadores e editores de periódicos poderiam lançar mão com mais frequência do Thesaurus, do Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP)⁴.

Estas podem ser um conceito fundamental do campo, a temática geral do artigo, o problema teórico do artigo ou, por fim, o caso empírico da pesquisa. Assim, até mesmo o nome de uma cidade ou prefeito se tornam palavras chave. Ao mesmo tempo, observa-se que quase todos os artigos publicados registram a expressão “políticas educacionais” como palavra-chave. Ou seja, mesmo com a informação de especificidades, os autores também entendem que é preciso informar, nas palavras-chave, o campo de pesquisa.

Este não é um problema específico do JPE. Ao contrário, apresenta-se como uma questão geral do campo. E não apenas o campo das políticas educacionais, mas as pesquisas em educação de forma ampla. Outras disciplinas, como a Assistência Social, por exemplo, para permanecer na grande área das humanidades, tem caminhado no sentido de padronizar as palavras chave. Esta é uma preocupação que deve estar no universo dos editores de periódicos, e é um caminho a ser seguido pelo JPE.

Para aprofundar a análise das palavras-chave indicadas pelos autores nos artigos publicados ao longo desses 10 anos, construímos uma nuvem que permitisse identificar a recorrência dos principais temas abordados. A imagem possibilita destacar dois aspectos complementares considerados relevantes: de um lado, observa-se a dispersão de palavras-chave já indicada acima; de outro, verifica-se uma forte articulação entre elas, na medida em que muitos dos temas estão associados entre si.

No processo de padronização da base de dados para este levantamento, retiramos as expressões “Educação”, “Política Educacional”, “Políticas Educacionais” e “Políticas Públicas em Educação”, por entender que elas se referem à grande área e ao campo de pesquisa propriamente dito, não auxiliando o escopo do levantamento que era de verificar, visualmente, a incidência das palavras-chaves.

⁴ Cujo endereço online é: http://pergamum.inep.gov.br/pergamum/biblioteca/pesquisa_thesouro.php?resolution2=1024_1

Figura 1 – Nuvem de palavras-chave – JPE 2007/2016



Fonte: Os autores

Das 418 palavras-chave contabilizadas (média de 3,6 por artigo – as regras para publicação no periódico solicitam a indicação de até cinco palavras-chave), há 303 expressões diferentes, o que significa que apenas 115 foram utilizadas mais de uma vez. A palavra-chave que mais se repete é “Financiamento da educação”, em destaque no centro da nuvem. Mas há vários outros termos que também se referem ao financiamento, como “FUNDEF”, “FUNDEB”, “10% do PIB”.

“Gestão escolar” e “Gestão da Educação” aparecem com alguma evidência também, mas são expressões no mesmo entorno temático. Soma-se a elas, ainda na nuvem, o “Regime de Colaboração”, a “Descentralização” e “Regulação”, mas estas em menor participação.

O mesmo se passa com “Plano Nacional de Educação” e “PDE” (Plano de Desenvolvimento da Educação), que, junto com “Planejamento Educacional” também conformam um campo temático de pesquisa. Contudo, o planejamento, em geral, aparece com menor incidência que a gestão, como mais adiante mostraremos.

De qualquer sorte, a intensa dispersão das palavras-chave demandou a busca de outras possibilidades analíticas. Assim, foram definidas categorias temáticas, desenhadas por estes autores, para agrupar as palavras-chave encontradas nos 116 artigos publicados pelo JPE.

Há diversos estudos que trabalham com a produção no campo de pesquisa em políticas educacionais e utilizam categorizações distintas (SOUZA, 2007; 2014; 2015; SILVEIRA et al, 2013; CUNHA, 2009; SOARES, 2014; PEREIRA, 2014; AROSA, 2013; SANTOS, 2014; SANTOS & AZEVEDO, 2009; TELLO & MAINARDES, 2012; 2015; 2015b; WITTMANN & GRACINDO, 2001). Partimos, neste caso, da base dos estudos de Wittmanne Gracindo (2001) e Souza (2014), mas reorganizamos essas referências a partir da própria empiria, aglutinando os artigos em categorias temáticas.

Ao olhar para a tabela 4 é possível identificar três níveis de frequência das categorias. Aquelas que aparecem com uma frequência inferior a 5%; as que aparecem com uma frequência entre 5% e 10%; e aquelas que aparecem com uma frequência no entorno de e superior a 10%. No primeiro grupo, encontram-se as seguintes categorias: Reforma Educacional; Estudos Comparados em PE; Público/Privado; Política Curricular; Políticas de Formação Docente e Políticas de Inclusão. No segundo grupo, aparecem as seguintes categorias: Políticas de Avaliação Educacional; Planejamento Educacional; e Financiamento da Educação. Por fim, no terceiro grupo encontram-se: Direito à Educação; Trabalho Docente; Gestão Educacional; Avaliação de Políticas Educacionais; e Estudos teórico-metodológicos em Políticas Educacionais.

Tabela 4. Participação das categorias temáticas do campo nos artigos – JPE, 2006/2015

Categorias	%
Estudos teórico-metodológicos em PE	14,7
Avaliação de Políticas	14,7
Gestão Educacional	12,9
Trabalho Docente	12,9
Direito à Educação	9,8
Financiamento da Educação	8,6
Planejamento Educacional	7,4
Políticas de Avaliação Educacional	4,9
Estudos Comparados em PE	3,1
Políticas de Formação Docente	3,1
Políticas de Inclusão	2,5
Política Curricular	1,8
Público-Privado	1,8
Reforma Educacional	1,8

Fonte: Os autores

Os estudos teórico-metodológicos aglutinam trabalhos que se debruçam (menos) sobre discussões teóricas do campo, como concepção de Estado, ou a contribuição de dado autor para o campo; ou, de outro lado (em maior proporção), sobre o campo de investigação em políticas educacionais ou sobre as dificuldades do fazer da pesquisa. A recorrência do tema está conectada com o esforço do NuPE em dar espaço a, especialmente, este segundo grupo de trabalhos, pelas conexões dos pesquisadores do núcleo com a Rede Latinoamericana de Estudos Epistemológicos em Política Educacional (ReLePe), além de ter dedicado um número especial ao tema, quando da comemoração dos 10 anos do Núcleo, em 2012, ocasião em que convidamos pesquisadores de núcleos de pesquisa do país a relatarem seu esforço na organização e produção coletiva de pesquisa em políticas educacionais. Contudo, como a tabela 5 mostra, é um tema que tem presença em apenas 40% dos números do JPE.

A categoria “Avaliação de Políticas Educacionais” é bastante abrangente e permitiu aglutinar um conjunto significativo de palavras-chave referentes a artigos que tratam de políticas bastante diversas. Outrora, como no estudo de Wittmann e Graciando (2001), tratava-se de um tema que se intitulava “Concepções de políticas de educação e programas”. Contudo, esta classificação não era precisa no universo metodológico desses estudos. E isto é o que parece ter mudado, pois se trata de trabalhos que colocam em questão a avaliação seja da concepção, ou da implementação ou, ainda, dos resultados de dada política ou programa. É uma categoria que aparece em 55% dos números publicados.

Gestão educacional também aparece em 55% dos números do JPE, e agrega, como mencionado, estudos com diversos objetos que circulam entre gestão de sistemas de ensino, gestão escolar, gestão democrática, regime de colaboração, dentre outros. Chama a atenção que o primeiro desta lista de objetos (gestão de sistemas de ensino) não é um tema tão presente em periódicos do campo, geralmente, mas aqui no JPE tem surgido com alguma frequência.

Trabalho docente é uma categoria que não aparecia no início da circulação dos números do Jornal. Os primeiros artigos surgiram no número 5, já no terceiro ano de circulação. Desde então é um tema presente, alcançando 45% do total dos números do JPE, ou 56,2%, se calcularmos a partir do momento do primeiro artigo deste tema.

Direito à educação compreende, nesta categorização, os estudos que tratam das políticas públicas para efetivação e exigibilidade do direito à educação, bem como da relação das políticas com as demandas por educação, além dos estudos sobre a legislação educacional, de modo estrito. É um tema que está presente em 55% dos números do JPE e distribuído ao longo de todos esses dez anos.

Dentre os demais temas, financiamento da educação, mesmo estando no segundo grupo e respondendo por 8,6% da produção, é um tema que ocupa as páginas em 11 edições (também 55% da publicação). Esta recorrência se articula, de um lado, à forte presença de pesquisadores do NuPE neste tema, com colegas do núcleo compondo parte da diretoria da Fineduca – Associação de Pesquisa em Financiamento da Educação, mas também ao crescimento dos estudos neste campo, observado nas últimas duas décadas (SOUZA, 2015).

Ainda sobre os demais temas, chama a atenção que planejamento educacional tem uma presença ligeiramente menor que o financiamento da educação, mas a sem mesma regularidade. É curioso que este tema não tenha tanta expressão quantitativa proporcional à crescente pauta nacional sobre o planejamento, dado o contexto da elaboração do Plano Nacional de Educação. Ademais, como destacado, a regularidade é baixa, pois em 13 dos 20 números não há artigos sobre este tema. Isto parece contradizer a ideia de que os pesquisadores em políticas educacionais estudamos a conjuntura (SOUZA, 2014).

Os estudos sobre o público-privado são crescentes no Brasil, e estão diretamente conectados, neste caso, com a conjuntura da política. Todavia, no JPE temos pouquíssimos trabalhos com esta temática: apenas três e espaçadamente ao longo da década. É possível que o fator NuPE conta aqui como no caso do Financiamento da Educação, só que agora às avessas, isto é, se o JPE acaba captando artigos sobre financiamento tendo em vista o perfil e atuação dos pesquisadores do NuPE, como não há atuação desses mesmos pesquisadores na temática do público-privado na educação, é possível que isto atrapalhe um tanto o envio e a captação de artigos sobre este tema.

Outro tema pouco abordado são as Reformas Educacionais. Parece ser algo em abandono pelas pesquisas do campo, pelo menos de maneira declarada. Mas, isto não quer dizer que não ocorreram reformas durante esta década, e mesmo que elas não tenham sido estudadas. É possível que apenas os autores não identifiquem seus estudos como sendo em reformas de políticas educacionais. Isto se conecta com aquela ideia anteriormente exposta sobre o papel que desempenham os autores na definição temática do campo de pesquisa.

Uma última observação quanto às categorias temáticas, diz respeito às ausências. Percebemos que políticas afirmativas é um tema que os autores não têm trazido para o JPE, mesmo com uma conjuntura muito favorável às reflexões sobre tal objeto. As políticas de inclusão, em alguma medida, se aproximam e cotejam elementos próximos aos tratados pelas políticas afirmativas, mas seguramente não são o mesmo objeto. As razões para tanto podem estar articuladas também ao mesmo aspecto já destacado sobre o público-privado (o da ausência de pesquisas do NuPE sobre o assunto) e a conexões dos pesquisadores deste campo com outros periódicos e maior distanciamento deles em relação ao campo de pesquisa em políticas educacionais.

Se não de maneira geral, pelo menos em algumas temáticas, a compilação e avaliação das categorias sugere certa dependência do JPE em relação aos pesquisadores do NuPE. Não uma dependência, no sentido de depender da publicação de artigos dos pesquisadores do Núcleo, mas a rede de relações nacionais e internacionais de seus pesquisadores parece estar a induzir a temática do jornal em alguma proporção.

Se há dez anos, o JPE nasceu de uma necessidade endógena do NuPE, para atingir sua maturidade como um veículo de divulgação científica relevante para o amplo campo de estudos de Políticas Educacionais, talvez esteja a chegar o momento do periódico atingir a maioria, construindo um reconhecimento mais amplo junto à comunidade nacional e internacional. De forma que ele possa almejar ser reconhecido por si mesmo e, não pela trajetória dos pesquisadores que lhe deram vida.

Outra hipótese explicativa para a concentração de publicações em determinadas categorias e ausência ou escassez de artigos em outras pode ser encontrada na própria dinâmica dos editais promovidos pelo MEC, por

exemplo, com o investimento na pesquisa nacional sobre remuneração docente no período analisado. Outro aspecto a ser destacado é o movimento da política e o objetivo de acompanhar intencionalmente a dinâmica da conjuntura, por exemplo, com a decisão de publicar um número específico do JPE em 2014 com artigos que discutiram a Conferência Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação.

Tabela 5. Participação das categorias temáticas do campo por número publicado – JPE, 2006/2015

Categorias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17/18	19	20	Total
Estudos teórico-metodológicos em PE				3					1		3	7		3	2		3		2	24
Avaliação de Políticas	2	2		1	2	2					5		2		1	3	3		1	24
Gestão Educacional		1	1				3	4	1					3	2	2	1	1	2	21
Trabalho Docente					3	2		2		6	1				1	1	4		1	21
Direito à Educação			1		1	1	1	1	3				1		2		2	2	1	16
Financiamento da Educação	2		1		2		1	1	1		1			1			2	1	1	14
Planejamento Educacional		1						2	1				1			5		1	1	12
Políticas de Avaliação Educacional				1	1	3							1				1	1		8
Estudos Comparados em PE			3	1										1						5
Políticas de Formação Docente			2															3		5
Políticas de Inclusão				1			2									1				4
Política Curricular					1									1	1					3
Público-Privado								1					1					1		3
Reforma Educacional	1		1				1													3
Sub-Total	5	4	9	7	10	8	8	11	7	6	10	7	6	9	9	12	16	10	9	163

Fonte: Os autores

Obs.: O número de temas é superior ao número de artigos publicados porque vários trabalhos se classificam em mais de uma categoria.

Finalmente, observamos ainda, neste levantamento, a eventual ênfase dada pelos autores aos níveis, etapas ou modalidades de ensino em seus artigos. Os dados estão dispostos na tabela 6, a seguir.

Esta tabela mostra que tal classificação ajuda a identificar que os pesquisadores na realidade não focalizam nesta categorização, olhando mais as políticas sem a vinculação por esta categoria.

Mesmo com baixa incidência de artigos que destaquem alguma etapa ou nível ou modalidade, a educação superior é que mais aparece, ocupando 28% dos trabalhos que identifiquem esta classificação, seguida do ensino médio (22%) e ensino fundamental e educação infantil (19% cada). As únicas duas modalidades citadas são a educação especial (9%) e a educação de jovens e adultos, esta com apenas um trabalho em toda a década, o que representa 3% dos artigos que identificam a categoria.

Tabela 6. Participação dos níveis/etapas/modalidades nos artigos – JPE, 2006/2015

Etapa/Nível/Modalidade	n	%
Educação Especial	3	9,4
Educação Infantil	6	18,8
Educação Superior	9	28,1
EJA	1	3,1
Ensino Fundamental	6	18,8
Ensino Médio	7	21,9
Total	32	100

Fonte: Os autores

Obs.: O número de artigos aqui é inferior ao número de artigos publicados porque a maioria dos trabalhos não se debruça sobre uma etapa/nível/modalidade de ensino específica.

Desafios

Ao longo desses dez anos, vimos buscando ampliar o espaço e incrementar as condições de qualidade da socialização das pesquisas em políticas educacionais. Mas, deparamo-nos com dificuldades técnicas e, em alguns momentos, financeiras, que tornaram essas tarefas mais complexas. A busca por autonomia financeira é contínua, ainda que saibamos que dificilmente teremos na próxima década, absoluta independência para não dependermos mais do NuPE, de maneira que o JPE possa projetar seus objetivos para o futuro com mais tranquilidade e estabilidade neste quesito.

As dificuldades financeiras constituem-se no principal desafio estrutural, mas há um conjunto de outros aspectos que se apresentam como desafios ao periódico, sobre os quais, mesmo tendo alguma dependência do primeiro fator, é possível atuarmos para sua superação.

O primeiro desses desafios é a promoção de maior agilidade na publicação. Temos alcançado a periodicidade com um atraso médio de 3 meses. Isto é, temos publicado cada número em até 3 meses após a finalização temporal da revista, no final de cada semestre. Isto se deve ao fato do fechamento dos aspectos científicos do periódico, com a necessidade de termos o número mínimo de artigos avaliados e aprovados para compor cada edição. A solução parece ser a continuous publishing, aos moldes por exemplo da *Archivos Analíticos de Política Educativa* (EPAA), publicada pela Universidade do Arizona/EUA, que é um procedimento de publicação imediata após a aprovação de cada artigo, configurando cada trabalho como um número da revista. O periódico se organiza em volumes, que são anuais. Dentro de cada volume, há um conjunto de números, que, atualmente, compilam um bloco de artigos originais. A ideia é passarmos, quiçá já em 2017, a publicar cada artigo como sendo um número, o que promoverá mais agilidade e evitará atrasos referentes ao fechamento de cada edição.

Outro desafio está na ampliação do alcance de autores das regiões Norte e Nordeste, que são as regiões com quais temos menos contato e menor acesso. Assim, a busca ativa de pesquisadores, por meio dos eventos científicos da área e, de outro lado, a divulgação por redes sociais e correios eletrônicos dos artigos publicados endereçados mais diretamente a grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e listas de discussão

dessas regiões é algo a ser perseguido.

O mesmo serve para os autores e leitores do exterior. Temos mantido algum grau de conexão com a América Latina, especialmente Chile e Argentina, tendo em vista a dificuldade menor dos vizinhos da região na leitura dos textos em português. Contudo, há muitos pesquisadores da região e da península ibérica que não são alcançados pelo periódico e que devem entrar em nosso foco. As mesmas estratégias de divulgação já citadas devem ser utilizadas para este público.

E, por fim, parece necessário incluirmos um trabalho mais cuidadoso com as palavras-chave. A identificação dos trabalhos e sua conexão com outros estudos com tema próximo passam, em grande proporção, pela standardização das palavras-chave. Por isto, é importante que divulguemos aos autores o Thesaurus do CIBEC-INEP e caminhemos no sentido de dar maior direção quanto à “escolha” das palavras-chave.

Referências

- AROSA, A. C. C. A produção acadêmico-científica sobre política educacional no GT - 5 da Anped (2000 a 2009). Tese de Doutorado (Educação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- CUNHA, M.C. (Org.). Gestão Educacional nos Municípios: entraves e perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2009.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da arte”. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.
- PEREIRA, A. L. F. G. A produção acadêmica em política educacional no Estado do Paraná: um estudo mediado pela Teoria do Campo Científico. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais). Maringá: UEM, 2014.
- SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. Revista Brasileira de Educação, v. 14, p. 534-550, 2009.
- SANTOS, A. L. F. Conhecimento e interesse: analisando fatores que influenciam a constituição do campo acadêmico da pesquisa sobre política educacional. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 30, p. 161-180, 2014.
- SILVEIRA, A. D.; TAVARES, T.; SOARES, M. Produção acadêmica nacional sobre qualidade no ensino fundamental: mapeamento da concepção e seus indicadores. Trabalho apresentado no XXVI Simpósio Nacional de Política e Administração da Educação. Recife: Anpae, 2013.
- SOARES, M. A. S. Produção acadêmica nacional sobre efetividade dos sistemas estaduais e municipais no ensino fundamental: concepções e indicadores. Trabalho apresentado na X AnpedSul. Florianópolis, outubro de 2014.
- SOUZA, A. R. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2014.
- _____. Perfil da gestão escolar no Brasil. Tese de doutorado (Educação: História, Política, Sociedade). São Paulo: PUC-SP, 2007.
- _____. A política educacional e seus objetos de estudo. Revista ReLePe. No prelo. 2015.
- TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: Debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y pos-estructuralista. Archivos Analíticos de Políticas Educativas / EducationPolicyAnalysis Archives, v. 20, p. 1-31, 2012.
- TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. Práxis Educativa, v. 10, p. 153-178, 2015.
- TELLO, C.; MAINARDES, J. Pluralismos e investigación en Política Educativa: uma perspectiva epistemológica. Revista Mexicana de Investigación Educativa, v. 20, p. 763-788, 2015b.
- WITTMANN, L.; GRACINDO, R. Políticas e Gestão da Educação (1991-1997). Brasília: MEC/INEP, 2001.